OS RECURSOS NATURAIS EM BENEFÍCIO DAS PESSOAS

ALINE DE SOUZA FELIX BOZZO

RESUMO
Nossa sociedade tem sofrido com os conflitos de interesses econômicos e a responsabilidade ecológica e seus recursos naturais, assuntos deveras amplos, que são diretamente ligados ao ensino, este tem o maior papel na influência de hábitos positivos para os educandos. Todas as nossas ações causam impactos ambientais percebidos em curto ou longo prazo, temos a família como base em nosso comportamento, sendo a formadora de valores ambientais. A educação ambiental é um assunto muito importante para ser visto apenas como um tema transversal, precisa estar presente diariamente nos espaços internos e externos da escola dividindo espaço com uma infinidade de outros assuntos. A educação ambiental possui infinitos temas geradores, dando oportunidade para o diálogo e pensamento crítico.

Palavras-Chave: Recursos Naturais. Educação Ambiental. Responsabilidade Ecológica.

ABSTRACT
With the advent of the Industrial Revolution, modern society begins to experience new perspectives of consumption and acquisition of goods produced in ever larger scales and with lower prices. Linked to this, the stimulus to consumerism has caused numerous environmental problems, as more and more is consumed and sometimes unnecessarily, which affects the continuous disposal of solid waste. If this process does not occur properly, that is, the waste is deposited in landfills, the environmental impacts become even greater. As a result, the developed article aims to discuss the influences of garbage in modern society as well as the necessary processes to reduce the impacts caused. The research methodology used to achieve these objectives was based on bibliographic analysis.

Keywords: Recycling. Selective collect. Trash.

INTRODUÇÃO

O ser humano faz parte do ambiente natural desde os primórdios do nosso planeta e sua sobrevivência sempre dependeu do aproveitamento dos insumos fornecidos pela terra como água, alimentos e fogo. No início as relações criadas entre o homem e a natureza eram equilibradas, pois a nossa espécie não possuía métodos ou tecnologias para explorar os recursos em larga escala.

Os primeiros humanos eram nômades e sobreviviam apenas da caça, da pesca e dos alimentos que conseguiam coletar, por isso são classificados como caçadores-coletor. Porém, com o desenvolvimento dos técnicos de plantio, o modo de vida da humanidade e a forma como ela interage com o planeta passaram por grandes mudanças.

Com o início da agricultura há cerca de 12 mil anos, o homem conseguiu acumular alimentos e se estabelecer na mesma região, o que levou ao nascimento das primeiras civilizações. Com o refinamento dos técnicos aplicados, a exploração dos recursos naturais assumiu proporções cada vez maiores ao longo do tempo.

Mas foi só depois da primeira revolução industrial, no século XVIII, que a exploração dos recursos do planeta assumiu realmente proporções importantes e começou a impactar os processos naturais. O capitalismo, por outro lado, está cada vez mais retirando estes recursos da natureza com a sua visão desenfreada de lucro.

As alterações climáticas e as catástrofes naturais que habitamos hoje são os primeiros resultados desta exploração temerária, que, se não for reconsiderada e equilibrada, poderá levar à extinção da nossa espécie no futuro. É importante lembrar que neste mundo não existe uma distribuição justa dos recursos naturais. Isto cria uma enorme procura por estes produtos e a consequente admiração, questão que faz parte da agenda geopolítica global.

Indispensáveis para a manutenção da vida, os recursos naturais são responsáveis por suprir grande parte das necessidades do ser humano. Por isso, muito se debate sobre a

preservação dessas fontes com o intuito de garantir o desenvolvimento sustentável.

RECURSOS NATURAIS

Os recursos naturais renováveis são aqueles que não se esgotam, eles podem se renovar após serem utilizados pelo homem. Dentre esses recursos estão os ventos (energia eólica), o sol (energia solar), a água (hidroelétricas), os materiais orgânicos como esterco, resíduos agrícolas, restos de alimentos (biomassa) e

Já os recursos naturais não renováveis são aqueles que não se renovam, ou seja, são finitos ou levam milhões de anos para se formar. Os combustíveis fósseis são exemplos desse tipo de recurso. Podemos citar o petróleo, o gás natural e o carvão natural. Ainda existem os combustíveis nucleares que também não se renovam como o urânio, por exemplo, e o calor da terra (energia geotérmica).

Temos por recursos naturais tudo que é encontrado na natureza que pode ser utilizado pelo homem, sendo este classificado em dois ramos, recursos renováveis, como água, vento e a energia solar, e recursos não renováveis como petróleo e minérios em geral. É importante ressaltar que renováveis ou não renováveis não significam recursos ilimitados, o quê os dois possuem, e é importante estudar e se adequar são os limites de cada recurso, sabendo até quando e de que forma é possível utilizá-los.

São considerados recursos naturais tudo aquilo que é necessário ao homem e que se encontra na natureza, dentre os quais podemos citar: o solo, a água, o oxigênio, energia oriunda do Sol, as florestas, os animais, dentre outros. Os recursos naturais são classificados em dois grupos distintos: os recursos naturais não renováveis e os recursos naturais renováveis. Os recursos naturais não renováveis abrangem todos os elementos que são usados nas atividades antrópicas, e que não têm capacidade de renovação. Com esse aspecto temos: o alumínio, o ferro, o petróleo, o ouro, o estanho, o níquel e muitos outros. Isso quer dizer que quanto mais se extrai, mais as reservas diminuem, diante desse fato é importante adotar medidas de consumo comedido, poupando recursos para o futuro.

Segundo Freitas (2012) os recursos naturais renováveis detêm a capacidade de renovação após serem utilizados pelo homem em suas atividades produtivas. Os recursos com tais características são: florestas, água e solo.

A IMPORTÂNCIA DE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESTAR PRESENTE NOS CURRÍCULOS ESCOLARES

A educação ambiental (EA) é um processo de aprendizagem longo e contínuo, que visa conscientizar as pessoas a respeito da má distribuição e uso dos recursos naturais finitos, atuando principalmente em escolas, a fim de transformar os cidadãos do futuro.

Nas escolas a EA é inserida no tema de meio ambiente. No entanto, ela deve ser tratada de forma transversal e interdisciplinar, haja vista que, a EA é uma área de conhecimento muito abrangente e que está diretamente interligada às outras áreas do saber, apesar disso, a EA é normalmente inserida no ensino formal como uma disciplina específica, o que não é ruim, porém não é suficiente pois os estudantes acabam adquirindo uma visão limitada do assunto. A prática da EA esbarra em alguns desafios em sua inserção no currículo escolar, como a falta de projetos educativos que contemplem a problemática ambiental.

Uma das maiores inquietações em relação a EA é como ela está inserida no currículo das escolas brasileiras. A partir de pesquisas e entrevistas, pode-se obter alguns dados com relação à EA, os dados revelaram que, na maioria das vezes, a iniciativa acontece através de projetos, disciplinas afins, iniciativas individuais dos professores ou interdisciplinaridade. Além disso, a maioria das inserções acontece através das disciplinas de Geografia, Ciências e Biologia. Um dado que se mostrou preocupante é que a inserção da EA por meio dos professores atingiu um percentual de apenas 21,1% , analisando os resultados pode-se perceber que as escolas não estão alcançando os objetivos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN´s), limitando a abordagem e interdisciplinaridade da EA, demonstrando que apesar da preocupação dos docentes, algumas

escolas não realizam a prática da EA com os seus alunos.
Portanto, a EA não deve ficar restrita apenas às disciplinas de Ciências e Geografia ou mesmo a eventos em datas comemorativas, em ações pontuais. Pois assim, ela não estaria cumprindo o seu papel, já que essas ações não geram uma verdadeira consciência ambiental necessária ao cidadão que está sendo gerado. A EA deve ser abordada de forma integral por todas as áreas do conhecimento, e não deve ser trabalhada apenas pelas disciplinas afins, tendo em vista que além de não ser uma metodologia efetiva, sobrecarrega os professores. Mesmo os projetos escolares sendo uma boa forma de inserção da EA, pois quebram a rigidez das disciplinas convencionais, deve-se ter um planejamento maior de forma a efetivar e integralizar a EA no currículo escolar como ocorre com as disciplinas ditas científicas.

IMPACTO AMBIENTAL

Temos por impacto ambiental toda alteração na natureza causada por ação direta ou indireta do homem, temos exemplo da ação direta como o desmatamento causando destruição da biodiversidade; erosão e empobrecimento dos solos; enchente e assoreamento dos rios; diminuição dos índices pluviométricos; elevação das temperaturas; desertificação e proliferação de pragas, e indireta como efeito estufa causado pela liberação de gases poluentes na atmosfera gerando elevação da temperatura do planeta, alteração da temperatura nas estações, essas mudanças no ambiente refletem direta e negativamente na economia causada por baixas colheitas devido a geadas, estiagem) e enchentes, fruto das reações de atitudes despreocupadas e desmedidas, esse ciclo negativo vicioso não é lembrado, porém, pagamos diariamente por isso nos altos preços dos alimentos devido a dificuldade de cultivo.
Os impactos ambientais afetam o planeta de várias formas e podem fazer estragos irreparáveis. Esses impactos podem ser locais, como a poluição urbana do ar e a poluição do ar em ambientes fechados.
Os impactos também podem ser regionais, como a chuva ácida. Já os impactos globais são o efeito estufa, o desmatamento, a degradação costeira e marinha.
Dentre diversas definições possíveis, podemos entender poluição, de acordo com a Lei n.º 6.938/81 como a "degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos".
Deste modo, podemos perceber que uma imensa quantidade de atividades humanas causa eventos de poluição, trazendo sérios danos à sociedade e ao ambiente.
Se observarmos em termos históricos, o agravamento da questão ambiental no planeta iniciou-se no final do século XVIII, após a Revolução Industrial. Como sabemos, a melhoria das condições de vida na sociedade, em partes contribuiu para o crescimento populacional, o qual aumentou a pressão sobre os recursos naturais e gerou a necessidade de investimento em novas técnicas de produção, voltadas ao atendimento da demanda, cada vez maior, por bens e serviços. Tal fato resultou na intensificação da exploração dos recursos naturais e, consequentemente, no aumento da produção de resíduos poluentes.
O que se verificou, desde então, foi que o desenvolvimento da sociedade humana não se fez acompanhar do controle e planejamento adequados, gerando assim mais problemas que soluções. Recentemente, com a globalização, imaginou-se que os problemas mundiais seriam solucionados, percepção esta decorrente da assunção dos inúmeros compromissos internacionais, inclusive sobre a preservação do meio ambiente, porém, inversamente às expectativas geradas, este processo vem conseguindo apenas globalizar desigualdade social, desemprego crescente e estrutural, poluição, esgotamento de recursos naturais, desastres ecológicos.
Atualmente, podemos afirmar que as condições físicas do meio ambiente têm se degradado de forma alarmante em função da ação do homem. A situação de rios, de la-

goas, de praias, hoje poluídos, eram opção de esporte e lazer para toda uma geração. E este cenário era presente até poucas décadas atrás!

OS BENEFÍCIOS DOS RECURSOS NATURAIS A SOCIEDADE

Embora nem sempre percebidos e valorizados, os benefícios originados de processos que ocorrem na natureza estão constantemente sendo usados pela sociedade. Esses benefícios estão presentes no nosso dia a dia na forma da água que usamos para beber ou regar plantações, nos alimentos que consumimos, no prazer que sentimos ao caminhar em um parque urbano, nas regulações de zoonoses (as doenças que se originam em outros animais), no ar limpo que respiramos, entre tantos outros.

Apesar de esses benefícios serem essenciais ao bem-estar humano, pesquisas mostram que sua quantidade e qualidade estão globalmente diminuindo devido a mudanças no uso da terra, como o desmatamento. Entender o que são esses benefícios e em que condições a sociedade tem mais ganhos com a natureza é essencial para promover um uso sustentável dos recursos naturais.

A sustentabilidade e o consumo responsável de produtos que sejam produzidos de uma forma limpa, com recursos que não agridam a natureza, faz com que a natureza e o meio ambiente sejam preservados, garantindo assim que estarão presentes no futuro.

Os seres humanos estão esgotando esses recursos naturais do planeta, e os níveis de qualidade de vida começarão a diminuir por volta de 2030, caso medidas imediatas não sejam tomadas.

Nessa perspectiva, torna-se fundamental que os professores se perguntem que concepção de relação sociedade/natureza/desenvolvimento pretendem desenvolver em seus alunos. O professor precisa estar atento para que as suas propostas sejam capazes de sensibilizá-los em relação à importância do equilíbrio existente entre a utilização dos recursos naturais e a sua conservação para as gerações futuras de maneira equitativa e não excludente.

É preciso que os seus conteúdos estejam articulados com as situações locais que os envolvam. Dessa forma, esse conhecimento terá um significado e será capaz de promover as mudanças esperadas dentro de uma abordagem de EDS. Propostas centradas no tema da sustentabilidade reforçam a necessidade de se trabalharem temas transversais dentro do ambiente escolar, como a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS), os Objetivos do Milênio (ODM) e a Agenda 2030, por exemplo. Esses documentos apontam a relevância da inserção de propostas com ênfase na educação para a vida.

COMO DIMINUIR OS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os impactos ambientais podem ser diminuídos através de ações individuais e coletivas, bem como por meio de leis e políticas ambientais. Algumas ações que podem ser feitas, são elas:

Replantio de floresta em áreas desmatadas;
Separação, descarte adequado e reciclagem do lixo;
Economia de água;
Utilização de transportes coletivos;
Utilização de produtos biodegradáveis;
Redução do consumo;
Consumir apenas o necessário e evitar compras compulsivas;
Não jogar lixo nas ruas

Esse assunto faz parte de uma discussão global sobre o futuro do planeta! É uma consciência que deve estar em todos.

O impacto ambiental é a alteração no meio ambiente por determinada ação ou atividade do ser humano. Ele é causado pelo desequilíbrio provocado pelo choque da relação do homem com o meio ambiente. Atualmente existe uma conscientização da humanidade, e ela está determinando novos comportamentos e exigindo novas providências na gestão de recursos do meio ambiente.

O uso consciente dos recursos naturais, a conscientização das gerações futuras sobre a preservação ambiental e a criação de leis que garantam a preservação do meio ambiente são as principais medidas para diminuir o impacto ambiental. Como todos os

desafios que encontramos, a conscientização deve começar do indivíduo e um a um partir para a sociedade. O mundo em que vivemos é repleto de coisas boas, precisamos saber aproveitar tudo o que nos é oferecido de maneira digna para criar equilíbrio entre natureza e ser humano.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RECURSOS NATURAIS

Carvalho (2001), em artigo publicado sobre globalização, desenvolvimento sustentável e meio ambiente, afirmou que:

O crescente aumento nos níveis de informação e conhecimento tecnológico vem gerando um maior sentido de consciência e participação sobre a importância dos recursos naturais e do meio ambiente como fatores de produção, geração de amenidades e equilíbrio ecológico. Assim, o planejamento da utilização dos recursos naturais, em harmonia com o meio ambiente, mostra-se como condição básica para que se alcance a sustentabilidade do desenvolvimento econômico, em nível regional, nacional, continental e mundial. É o paradigma da Globalização, com harmonia ecológica, em que se vive no mundo hoje.

O DS surge, nas últimas décadas, como um novo paradigma possível de ordenar a dinâmica econômica, a salvaguarda ambiental e promover a eqüidade intertemporal das gerações humanas. Neste prisma, os recursos hídricos são estratégicos, dada sua essencialidade à vida e como insumo produtivo.

A rigor, a definição oficial diz que o DS é o "desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações de satisfazerem suas necessidades" (Relatório BRUNDTLAND, 1987 in ALCÂNTARA, 2000, p.9).

Entretanto, a expressão DS é complexa e repleta de ideologias, exigindo uma discussão pormenorizada de suas implicações e desdobramentos.

Dentre os conceitos e objetivos que dão conteúdo ao termo Desenvolvimento Sustentável - mostrando a diversidade de opiniões contraditórias -, destacam-se as conceituações feitas por cientistas, técnicos e políticos, de um lado, incluindo a discussão política e ética e o discurso dos organismos e entidades internacionais de outro, ressaltando, principalmente, o gerenciamento dos recursos naturais (BARONI, 1992; BRÜGGER, 1999).

Alguns autores, de modo sutil, apregoam o que deveria ser Desenvolvimento Sustentável - ou, em outro diapasão, o que gostariam que ele fosse em termos de realidade factual. Outros procuram equalizar Desenvolvimento Sustentável com sustentabilidade ecológica. Alguns afirmam ser preciso pôr limites ao crescimento econômico porque ele é insustentável do ponto de vista da disponibilidade global de recursos. Por último, mas sem exaurir a bateria de conceitos dissonantes, existem os que incluem o adjetivo sustentável na idéia tradicional de desenvolvimento, como se tudo pudesse ser resolvido no domínio semântico.

Desta forma, a idéia de (DS) é usada por interesses diversos, como símbolo de um consenso, ideal inatingível no contexto de um sistema globalmente desigual e desconforme. Tal ideia transparece no plano discursivo, apresentando ambigüidades gritantes, mas sem explicitar a realidade atual dos conflitos sociais e econômicos resultante do uso dos recursos naturais. As diferentes esferas da sociedade, os diversos profissionais e os diferentes níveis de governo possuem idéias e aspirações naturalmente diferentes, o que requer maior sintonia na sua utilização do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Para aqueles autores, há confusão entre o que seja o termo Desenvolvimento Sustentável, sustentabilidade ecológica e sustentabilidade, que não podem ser usados como sinônimos, pois: DS está ligado à melhoria na qualidade de vida humana dentro dos limites da capacidade-suporte dos ecossistemas; sustentabilidade ecológica, por sua vez, aplica-se somente a recursos renováveis - diz-se da natureza homeostática dos ecossistemas naturais, à sua autoperpetuação; e sustentabilidade, como é destacada, é

ambígua: nada do que é físico cresce indefinidamente.
Elaborar um plano de educação no Brasil, hoje, implica assumir compromissos com o esforço contínuo de eliminação de desigualdades que são históricas no País. Portanto, as metas são orientadas para enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência; as desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania. A elaboração de um plano de educação não pode prescindir de incorporar os princípios do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à valorização da diversidade e da inclusão e à valorização dos profissionais que atuam na educação de milhares de pessoas todos os dias (PNE, 2014, p. 9).

Embora seja amplo o conjunto de definições do termo, todos são unânimes em destacar sustentabilidade como palavra-chave. Porém, a discussão sobre (DS) induz a uma reflexão sobre os paradigmas vigentes que põem em risco a economia ambiental, a inclusão social e a dinâmica econômica, pensando não só no hoje, mas no amanhã e nas gerações que inexoravelmente virão.

Para não instrumentalizar o termo Desenvolvimento Sustentável de uma única perspectiva, a discussão coletiva e dialógica sobre o conceito de sustentabilidade deve ser socialmente posta em pauta. Até mesmo para evitar a construção de jargões ou clichês e, principalmente, para se decidir o que deve ser sustentado! Por quê, para quem e por quanto tempo?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos argumentos apresentados podemos observar que a educação ambiental é um assunto que diz respeito a todos, um fator social que influencia em todos os aspectos dela com economia, saúde e educação.
O descaso de deixá-la como um assunto transversal onde compete com outros é um absurdo, favorecendo a ignorância dos educandos, a ignorância acomete o aceleramento da escassez de recursos naturais.
O medo de que torná-la um assunto específico causaria descuido com a própria educação ambiental, porém a educação ambiental já caiu em descuido, necessitando de medidas mais drásticas e focalizadas.
A falta de valores passados pelas famílias compromete o desempenho educacional e sobrecarrega os educadores. Por experiência própria, é quase impossível para um educador ter que apresentar toda a matéria da disciplina e ainda acrescentar a educação ambiental, assim deixando de lado. Infelizmente essa é a realidade. Muita responsabilidade para pouco tempo e para uma única pessoa.
O meio ambiente deveria ser visto de uma forma mais séria, nossos atos já não estão acometendo somente o futuro de nossos filhos e sim o nosso presente.
A Educação para o Desenvolvimento Sustentável deve ser entendida nos espaços escolares como uma possibilidade de compreender os problemas socioambientais existentes, a nível local, regional e global, possibilitando a escolha e o desenvolvimento de propostas que promovam melhorias participativas e conquistas sociais, econômicas e políticas a partir do entendimento das causas que dão origem aos seus problemas.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ruy de Góes Leite. A Implementação do Protocolo de Montreal no Brasil. Ministério do Meio Ambiente. 2007. p. 01-23. Disponível em: <http://www.protocolodemontreal.org.br /sites/1200/1221/00000046.pdf >. Acesso em 30 set.2023
BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 86 p. (Série de Legislação, n. 125).
_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1997a, 146p

_____. Ministério da educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. 3. ed. Brasília, 2010.
BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/anotada/2742445/art-10-da-lei-9795-99>. Acesso em 01 out.2023.
DALMORA, Eliane. Educação Ambiental. Indaial: Uniasselvi, 2011.
FREITAS, Eduardo de. Os Recursos Naturais. 2012. Disponível em: http://www.brasilescola.com/geografia/os-recursos-naturais.htm. Acesso em 30 set.2023.

PEREIRA, Eliane Regina; CLEMENS, Juçara. Psicologia Geral e do Desenvolvimento. Indaial: Asselvi, 2009.

SOUZA, Nilton José. Influência das queimadas da Amazônia sobre o efeito estufa. 2012. Disponível em: <http://www.floresta.ufpr.br/~lpf/efeitoestufa.html>. Acesso em: 26 set 2023.

ZUBEN, Fernando Von (coord). Meio ambiente, cidadania e educação. São Paulo: Tetra Pak Ltda, 1998.